

Presidência



Estabilizar a Alemanha como pilar de crescimento na Europa (Parte I)

Mudança de moeda para uma Europa solidária (Parte II)

Presidência da IG Metall: 09 de outubro de 2012

Parte I: Estabilizar a Alemanha como pilar de crescimento na Europa

Situação atual

A economia alemã cresceu no primeiro semestre de 2012 - no segundo trimestre em 0,3 por cento e no primeiro trimestre em 0,5 por cento. A força motriz do desenvolvimento positivo foram os consumidores. Os aumentos salariais e um mercado de trabalho estável proporcionaram o aumento do consumo privado. A Alemanha afastou-se assim do desenvolvimento em geral negativo da zona Euro. Apesar do crescimento na maior economia nacional europeia, a zona Euro contraiu-se no segundo trimestre em 0,2 por cento. A França estagnou e os países em crise Itália (menos 0,7 por cento), Espanha (menos 0,4 por cento) e Portugal (menos 1,2 por cento) entraram em conjuntura.

A OECD alerta para o segundo semestre. Ela está na expectativa de a economia alemã vir também a estagnar. Isto teria respetivamente efeitos negativos em todo o desenvolvimento conjuntural na zona Euro. O Governo Federal não partilha desta expectativa. O Governo espera que o consumo privado continue a estabilizar a economia.

O ambiente nas empresas alemãs mostra outra imagem. O Índice do Clima de Negócios Ifo caiu em Setembro pelo quinto mês consecutivo. A última vez que os gestores alemães estiveram assim tão pessimistas foi em maio de 2009. Aumentam os indícios de uma fraqueza económica na Alemanha. Muitas empresas industriais recuaram com o seu planeamento para o segundo semestre de 2012. A crise em muitos países europeus e os consequentes cancelamentos de encomendas tem um papel preponderante. Para além disso, têm também influência os problemas estruturais persistentes, como as capacidades excessivas no mercado automóvel europeu, mas também a insegurança nos investimentos com base em decisões políticas abertas no contexto da mudança da energia.

Do ponto de vista da IG Metall é, por isso, importante agora estabilizar a economia alemã através de medidas adequadas. A IG Metall divulga neste papel propostas nesse sentido. A economia nacional alemã é a maior na Europa e a IG Metall desafia o Governo Federal a estabilizar a Alemanha como pilar de crescimento na Europa.

Proteger ativamente emprego

Um desenvolvimento estável dos empregos com bons rendimentos é atualmente o motor da conjuntura para a Alemanha. Para continuar assim, precisa de uma política de emprego ativa que crie postos de trabalho, impeça os despedimentos nas empresas e proteja os rendimentos das pessoas.

A IG Metall vai dar o seu contributo. Vai continuar a seguir uma política salarial orientada para a produtividade, que assegure um bom desenvolvimento dos rendimentos e mantenha os postos de trabalho nas empresas. O acordo salarial na indústria metalúrgica e elétrica da Primavera de 2012, com os seus justos aumentos de rendimentos, é atualmente um pilar da estabilidade para a economia nacional.

A IG Metall vai, porém, também usar ofensivamente todos os instrumentos de promoção industrial para garantir os empregos nas empresas. Com o desemprego parcial, os bancos de horas de trabalho, a convenção coletiva de trabalho para a salvaguarda do emprego e "Pforzheimer Abkommen", as empresas têm à disposição uma ampla caixa de instrumentos empresariais e de política salarial, para evitar basicamente os despedimentos. A IG Metall incentiva as empresas a usar ativamente estes instrumentos.

Simultaneamente, dirige-se à política com os seguintes requisitos:

A percentagem de empregos precários aumentou fortemente nos últimos anos na Alemanha. Em 2010, 23,1 por cento da população ativa usufruía de salários baixos – Em 1995 era 17,7 por cento. Os 30 por cento mais baixo na distribuição dos

rendimentos perderam, entre 2000 e 2010, 10,6 por cento do seu rendimento real. Isto tem de mudar. A IG Metall estabeleceu aqui um primeiro marco com os seus acordos salariais para o trabalho temporário. Mas o Governo Federal também tem de tomar medidas, que garantam a todos os empregados um nível de rendimento ativo. É, pois, urgente introduzir um **salário mínimo legal** e a regulamentação de **Equal Pay para os trabalhadores temporários**.

Sobretudo as mulheres são induzidas, por incentivos errados, como por exemplo mini-jobs, em trabalhos menores. O Governo Federal tem de intervir aqui com regulamentos para estabelecer, também para as **mulheres um trabalho a tempo inteiro regular** como condição de trabalho normal. Isto inclui também os investimentos num melhor acolhimento de crianças.

Nós precisamos do **regulamento prolongado sobre o tempo do fundo de desemprego parcial**. As empresas saudáveis não podem despedir os seus empregados formados. A força inovadora da indústria alemã não pode ser ameaçada. Por isso, a IG Metall pede: O tempo do fundo de desemprego parcial tem de ser prolongado para 24 meses e é preciso voltar a introduzir a restituição das contribuições da Segurança Social pela BA após seis meses. Devia associar-se uma restituição imediata com a realização de medidas de formação contínua.

O fardo de um fraco desenvolvimento conjuntural será suportado pelos trabalhadores temporários e os empregados contratados a prazo. São estes os primeiros a perder o seu posto de trabalho quando a situação piora. A IG Metall pede, por isso, que seja novamente introduzido o **regulamento do desemprego parcial também para os trabalhadores temporários**.

Manter o financiamento nacional das empresas

Para muitas empresas, o financiamento das suas atividades empresariais pode ser uma dor de cabeça quando a dinâmica da conjuntura se contrai. Os bancos deixam de cumprir a sua função de prestação de serviços, nomeadamente o fornecimento normal de créditos às empresas da economia real. A IG Metall pede:

Para além do financiamento exterior, é necessário também reforçar o financiamento interno das empresas se os bancos deixarem de cumprir a função de financiamento. A proteção do clima e os aspetos ecológicos vão caracterizar futuramente a cadeia de valor acrescentado industrial. Este cenário requer uma remodelação ecológica ativa da indústria, que inclui os produtos e os processos de produção e melhora a eficiência energética e dos recursos. A IG Metall pede ao Governo Federal para permitir às empresas **amortizações flexíveis de 50 por cento** nesses investimentos, contribuindo assim para o seu financiamento.

Muitas empresas sofreram, com a crise, uma considerável perda de material, que compensaram com financiamentos próprios de capital idêntico (Capítulo Mezanine). Estes financiamentos terminam nos próximos meses e vão causar novos problemas da base de capital próprio. A IG Metall propôs no seu programa de ações "Aktiv aus der Krise" ("Sair ativamente da crise") de março de 2009 um **Public Equity Fonds**. O conceito prevê que seja disposto um fundo de capitais próprios fornecido com meios públicos na KfW. O objetivo de investimento deste fundo é o reforço da base de capitais próprios das empresas industriais alemãs, sobretudo de média dimensão. A injeção do Public Equity permite melhorar o equipamento de capitais próprios das empresas e, por conseguinte, o Rating e a credibilidade para ter crédito.

Investimentos estáveis – Investimentos do futuro numa cadeia de valor acrescentado estável.

A cadeia de valor acrescentado industrial é a fonte essencial da prosperidade na Alemanha. Cada terceiro posto de trabalho depende do desenvolvimento da cadeia de valor acrescentado industrial. Para que a indústria na Alemanha continue a desenvolver-se positivamente, são necessários investimentos na infraestrutura, mas também na formação e ciência. Nos últimos anos fez-se muito pouco neste sentido. A IG Metall pede ao Governo Federal que liberte o congestionamento dos investimentos e de investir, de forma anti cíclica na atual situação instável.

O Governo Federal determinou a **viragem energética**. Para a concretizar são necessários investimentos elevados. Estes investimentos deviam ser realizados através de processos de aprovação acelerados (idêntico à construção no leste). O mesmo aplica-se à **estabilização da infraestrutura da rede** (cablagem de banda larga) e às **redes de transporte**.

A eficiência energética nos orçamentos privados devia ser melhorada no âmbito da viragem energética. Propõe-se o incentivo fiscal e a promoção através de KfW

-Empréstimos nos seguintes campos:

- Substituição das instalações de aquecimento,
- Substituição de aparelho domésticos não eficientes em termos energéticos,
- Saneamento energético dos edifícios.

O nível dos investimentos públicos tem de ser estabilizado nos próximos anos para a média europeia. Isto requer receitas municipais estáveis, pois os municípios efetuam 2/3 de todos os investimentos das infraestruturas. Como local industrial, a Alemanha precisa de um programa de investimentos futuros. Simultaneamente, reforça-se com os investimentos das infraestruturas a procura nacional. O **programa de investimentos futuros** pode ser financiado através de um **empréstimo**. Atualmente a Alemanha tem uma elevada credibilidade de crédito. Esta devia ser aproveitada para angariar capital privado que procura possibilidades seguras de investimento para investimentos futuros.

A base da cadeia de valor acrescentado bem-sucedida na Alemanha é o forte potencial de pessoas bem formadas e motivadas. Nos últimos anos, investiu-se demasiado pouco na conservação deste potencial. Por isso, a IG Metall pede ao Governo Federal e às regiões que invistam aqui. Em 1979 foi criado, com muito sucesso, um **programa especial político de formação** com um tempo de duração de três anos. A IG Metall aconselha a reiniciar um programa especial destes. Grande parte dos **investimentos de formação** públicos é praticada através das regiões e dos municípios. Por isso, a IG Metall propõe que sejam disponibilizados às cidades e aos municípios recursos de investimentos especiais. Estes recursos de investimentos especiais deviam ser de **100 Euros por habitante** e ser associados a investimentos na escola e ciência.

O Estado tem uma responsabilidade de colaborar na constituição da viragem industrial. Isto tem de englobar, entre outras coisas, uma inversão na política de incentivos nos agrupamentos industriais de cadeias de valor acrescentado, uma moderna resposta de política energética e uma **ativa política industrial ecológica**. Isto também devia ser expressado na política fiscal. A IG Metall propõe poder ativar mais amplamente reduções de impostos nas **despesas com a pesquisa e o desenvolvimento nestas áreas** para a estabilização da conjuntura.

Para a IG Metall é válido: A cadeia de valor acrescentado industrial é tão sistémica para a prosperidade e a estabilidade política na Alemanha como os bancos são para o funcionamento dos mercados financeiros

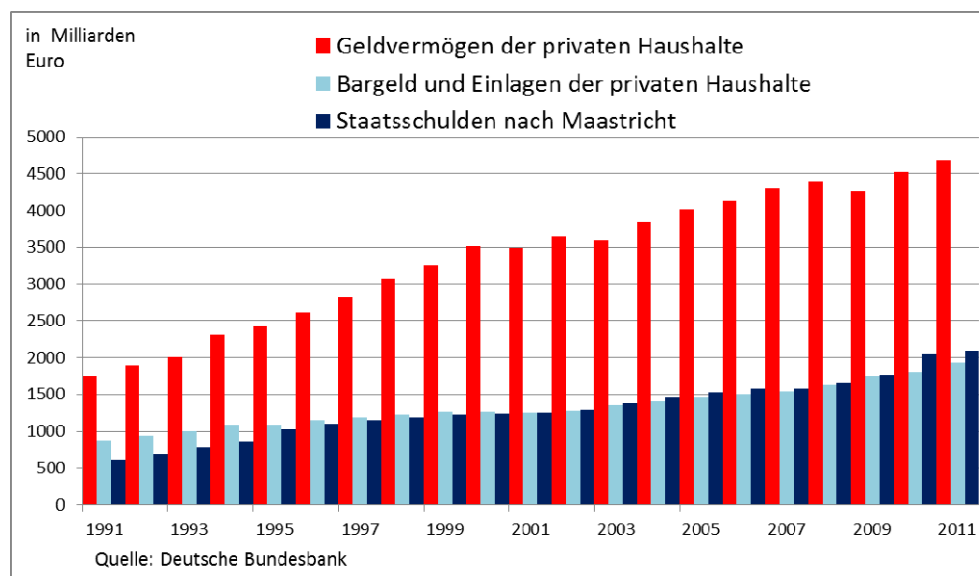
e mercados de créditos. A base industrial na Alemanha é demasiado importante para deixar a adaptação somente nas mãos do mercado.

Reforçar a equidade na distribuição – Melhorar as receitas do Estado

Durante dois anos, os países da União Monetária não foram capazes de resolver os problemas financeiros de alguns estados europeus isolados. Pelo contrário: A situação piorou com uma gestão errada da crise. Presumindo que a elevada dívida do Estado estava na origem da crise, foram tomadas vastas medidas de poupança. Isto reforçou a crise na zona Euro, em vez de a resolver. A falta de despesas do Estado e as poupanças nas prestações sociais sufocou a conjuntura em muitos países. As receitas fiscais mais baixas foram a consequência e, por conseguinte, uma intensificação da situação financeira.

Na Alemanha, o travão da dívida foi estipulado na Constituição. Com base nisto, o Governo Federal tem de descer até 2016 (as regiões até 2020) a dívida pública em 60 por cento do produto interno bruto. Está certo observar as finanças públicas e financiar os investimentos futuros não apenas por dívida. Os juros elevados limitam a capacidade de ação do Estado. Mas está errado cortar apenas do lado da despesa das finanças públicas para assim descer a carga da dívida. O Estado tem também de melhorar as receitas.

A República Federal Alemã tem um forte potencial para financiar, através das receitas, os programas de investimentos futuros acima descritos e, assim, também conseguir mais equidade na distribuição. O **património líquido dos rendimentos familiares** na Alemanha, inclusive imóveis e deduzindo todas as obrigações privadas, estava em 2010 nos **8,5 biliões de Euros**. Para comparar: A dívida pública de todos os países europeus em 2010 estava nos 7,8 biliões de Euros. O património devia ser tributado para também descer, com receitas, a dívida pública para 60 por cento do produto interno bruto.



Mais de 50% por cento do património na Alemanha recai sobre a riqueza em dinheiro, como poupanças, depósitos a prazo ou investimentos. Os impostos mais altos poderiam, por isso, também retirar liquidez ao mercado de capitais. Esta liquidez está, na opinião da IG Metall, em parte na causa da crise. O capital não está nacionalmente unido. Pode ser rapidamente transferido de um local no mundo para outro. No centro estão sempre os rendimentos a obter em relação ao risco. Isto pressupõe transparência para avaliar os riscos. Mas é precisamente isso que nem sempre acontece. Por exemplo, demasiado capital com uma elevada prontidão de risco foi uma causa importante da crise de 2008. Mas também atualmente a atribuição funciona mal. Só que com o sinal inverso. A República Federal

tem atualmente rendimentos, em parte, negativos em empréstimos federais a 10 anos. Isto significa no fundo, que recebe dinheiro quando empresta dinheiro. Outros países europeus têm problemas em sequer receber capital. Os exemplos mostram: A convicção base de que os mercados regulam a atribuição otimizada do capital está errada. A verdade é que uma liquidez demasiadamente acionada por rentabilidade apenas reforça as crises. Por isso, a IG Metall também pede:

A reintrodução do **imposto sobre o património** com **2 por cento** sobre patrimónios acima de um milhão de Euros

O aumento do **imposto sobre a riqueza** para **49,0 por cento** a partir de rendimentos acima dos 150.000 Euros

Mais **impostos sucessórios**

Segundo a DIW, 10 por cento da população possui aprox. 60 por cento da propriedade. Este grupo dispunha em 2009 de um património médio de 500.000 Euros. Presumindo que 10 por cento da propriedade sobre o património recai sobre um milhão de Euros, a introdução de um **imposto sobre o património** iria criar dois por centos **de receitas** de aprox. **20 mil milhões de Euros**. A IG Metall propõe usar metade destas receitas para amortizar a dívida e para investimentos futuros. Os meios deviam ser uniformemente distribuídos pela federação, as regiões e os municípios.

Também fazendo uma comparação internacional, a Alemanha não perderia competitividade com uma maior tributação do património. OS impostos relacionados com o património perfazem na Alemanha 0,9 por cento do BIP, enquanto em França ou nos EUA a quota está nos 3,0 por cento e a média da OECD está nos 1,8 por cento.

No cenário da distribuição desigual do património, a tributação de patrimónios mais altos não é apenas uma questão do financiamento do estado, mas também uma questão de maior equidade. Esta expansão massiva do setor de baixos salários e da perda de prosperidade, que aqueles que usufruem de rendimentos mais baixos sofreram nos últimos 10 anos, torna as respostas por parte da política muito urgentes. O mesmo aplica-se ao desenvolvimento na Europa. Da Alemanha deve partir um sinal para mais justiça na Europa.

Parte II: Mudança de moeda para uma Europa solidária

A união europeia é uma grande história de sucesso. Uma Europa unida era uma visão, após as experiências traumáticas das duas guerras mundiais do século XX, cuja realização mal se podia acreditar.

A União Europeia é uma comunidade de paz de, brevemente, 28 estados. A União Europeia é também uma comunidade de valores com base na presunção comum de que a economia de mercado requer sempre condições de segurança sociais com o objetivo de um modelo social europeu. É também uma comunidade de direito. E, por fim, a União Europeia é uma comunidade económica com um mercado comum com mais de 500 milhões de pessoas, com crescente prosperidade desde a fundação há mais de 50 anos e as diferentes rondas de alargamento.

A crise da União Europeia é hoje também uma crise da dívida pública. Esta vem na sequência de crises económicas e resgates bancários. O espaço europeu exclusivamente constituído como união monetária, sem uma união política com um forte Parlamento EU, demonstra ser o maior obstáculo para ultrapassar a crise. A EU encontra-se numa grave crise de identidade: A "Ideia Europeia" é cada vez mais descreditada, aumentando o eurocepticismo e o nacionalismo. A atitude crítica à EU das pessoas é fortemente promovida pela política neoliberal da Comissão Europeia e de muitos estados membros e ameaça fazer falhar o "Projeto de sucesso da Europa" e a nossa moeda comum.

Para além disso, a estrutura institucional da EU está cada vez menos à altura da crescente complexidade e heterogeneidade de uma comunidade de quase 28 estados membros. A necessidade dos governos e instituições EU terem de agir rapidamente contra a crise, mostra as fraquezas institucionais da EU. Os mecanismos de decisão são cada vez mais dificultados pela atitude de bloqueio de estados membros individuais. A União Europeia tem um duplo desafio: Trata-se, por um lado, de um combate à crise a curto prazo. Por outro lado, precisa de reformas institucionais básicas a médio prazo no sentido de uma união política e social da Europa, que se baseia em regras democráticas e com a qual as pessoas na Europa se podem identificar.

A IG Metall defende uma Europa politicamente unida, economicamente forte e socialmente justa!

- A Europa precisa de um crescimento sustentável através de uma política económica e industrial ativa, coordenada e democrática legitimada para garantir a base industrial e cadeia de valor acrescentado
- O resgate europeu requer uma responsabilidade da comunidade e um controlo social dos orçamentos nacionais.
- A Europa precisa de uma regulamentação global do mercado financeiro.
- A União Europeia precisa do apoio das pessoas. Para isso, tem de haver uma união social.
- A União Europeia precisa de uma união política.

Um crescimento sustentável através de uma política económica e industrial ativa, coordenada e democrática legitimada

Uma prosperidade sustentável na Europa pressupõe indústrias com capacidade. Um combate à crise bem-sucedido a longo prazo requer uma política económica e industrial ativa, coordenada e democrática legitimada da EU. A remodelação social-ecológica abre novos potenciais de crescimento e protege a capacidade futura a longo prazo da indústria europeia. Um projeto futuro europeu destes abre também espaços de distribuição para uma Europa rumo às condições de vida e de trabalho sociais e convergentes. Apenas a perspetiva de uma Europa democrática, economicamente forte, ecológica e social sustentável é que pode contribuir para ultrapassar a crise de identidade dos cidadãos e cidadãs em relação ao processo de união europeia.

A política de poupança unilateral na Europa não é adequada para eliminar os graves problemas e os seus efeitos negativos na indústria e os seus trabalhadores. Pelo contrário: A **política de poupança unilateral reforça a crise** nos países mais fortemente afetados e levou a esforços insuportáveis nos trabalhadores e trabalhadoras. Os jovens e trabalhadores recentes foram fortemente afetados. Em muitos países a jovem geração bem formada não tem qualquer perspetiva de um posto de trabalho seguro e bom. Apenas a combinação da diminuição da dívida com **programas de crescimento** concretos é que consegue a condição para ultrapassar com sucesso a crise sem custos sociais inaceitáveis.

Para garantir a capacidade futura da indústria europeia, ela tem de se abrir à mudança e estrutura social e ecológica. Para dominar as megatendências sociais do futuro, a indústria europeia tem de ficar mais eficiente em termos de recursos, incluir a mudança demográfica e fazer da mudança energética e do desenvolvimento da mobilidade um dos seus temas. A eficiência dos recursos e a sustentabilidade ecológica no material e na energia é um potencial de produtividade que permite uma nova dinâmica de crescimento. Em vez da promoção de investimentos financeiros especulativos, é preciso orientar a atividade de investimentos do setor privado para investimentos para a remodelação e estrutura ecológicas. Para isso, são necessários também investimentos concretos na formação, qualificação, pesquisa e desenvolvimento, bem como, na infraestrutura, que também tem de ser ativamente orientada do lado do estado.

Nesse sentido, a estratégia 2020 Europa oferece, com os seus cinco objetivos principais, uma base que importa continuar a desenvolver. Trata-se de, a curto prazo, orientar o controlo do orçamento da EU de acordo com os objetivos aí estabelecidos e de terminar com atribuições erradas, sobretudo no setor agrícola.

Trata-se, pois, nada menos do que da proteção a longo prazo da base industrial, cadeia de valor acrescentado e força inovadora na Europa. Uma política industrial europeia de sucesso depende de uma produção própria em indústria chave.

A introdução do Euro estava relacionada com a expectativa de que o desenvolvimento económico, a produtividade das empresas e as taxas de inflação dos países do Euro se equiparassem "como que por si". Dramaticamente, esta expectativa foi uma desilusão. Num espaço económico comum já não são possíveis políticas independentes monetárias, de juros e taxas de câmbio. Somente a política salarial e de impostos e as despesas do estado é que permanecem como "parafusos de ajuste" de uma política económica autónoma.

Uma causa importante no aumento dos desequilíbrios económicos na Europa é que ressalta agora à vista: Um espaço económico europeu comum só pode funcionar se os países Euro coordenarem simultaneamente a sua política económica e social. A IG Metall pede uma **política económica democraticamente controlada** para a Europa e um governo económico legitimado democraticamente pelo Parlamento EU. Este deve impor a

si próprio objetivos sociais e ecológicos e deve ser defendido por uma política ambiental, social e de infraestruturas comum.

Este governo económico coordena as políticas económicas e sociais dos estados-membros, reforçando assim a capacidade de ação dos Executivos, de modo a que o processo de integração na União Europeia possa avançar em direção a uma união política. A concretização de uma política de coordenação europeia é possibilitada pelos processos da cogestão nas relações de trabalho. A cogestão forma a base da Europa nas empresas.

A concretização de uma política económica democraticamente legitimada requer nas empresas uma forte cogestão. As bases para uma participação forte e ativa dos funcionários e funcionárias têm de continuar a ser alargadas, tanto na prática como também legalmente a nível europeu. Precisamente em tempos de crise, quando os processos de reestruturação ameaçam os funcionários, é preciso equilibrar o sistema de poder entre o lado do funcionário e o lado da entidade patronal.

A IG Metall quer para a Europa mais competências legislativas na política fiscal, receitas fiscais próprios e uma soberania tributária própria. Somente assim é possível impedir futuramente um dumping nos impostos na Europa. A concorrência pelos impostos mais baixos e a competição mútua dos países membros tem de ser parado. A EU precisa de regras mínimas (elementos de tributação e taxas de impostos) para a tributação de capital e empresas.

Também os **Sindicatos** têm de prestar um contributo fiscal numa união monetária comum I. Isto aplica-se sobretudo à **coordenação de salários**. A sintonia da política salarial entre os países Euro é necessária para estabilizar o espaço da moeda. Os sindicatos europeus já desenvolveram os primeiros instrumentos para a coordenação salarial (fórmula de coordenação salarial do EMB). Estes devem ser concretizados e desenvolvidos para evitar mais divergências do padrão de vida na Europa. Igualmente, a coordenação salarial dos sindicatos europeus deve ser entendida parte de um bem-estar e estabilidade social orientados para uma política económica e de distribuição alargada a toda a Europa. A coordenação tem de ser forçosamente realizada pelos sindicatos. A IG Metall rejeita determinantemente os atentados da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional ("Troika") à autonomia salarial dos parceiros sociais.

A coordenação salarial sindical só é eficaz se houver capacidade de ação sindical e se os acordos salariais da convenção salarial das empresas se reproduzirem também no desenvolvimento das receitas reais e nas condições de trabalho. Contra ambos está a ampla desregulação dos mercados de trabalho, tal como se tornou no guia no projeto da política alemã de agenda de uma política europeia de emprego de mercado de trabalho em muitos países da Europa. O forte crescimento de condições de trabalho desreguladas e frequentemente precárias não só inibe a capacidade de ação sindical, como também aumenta factualmente as zonas sem acordos salariais. **É preciso uma nova ordem no mercado de trabalho europeu.** Esta tem de proteger e promover as condições de trabalho seguras e criadas por acordos salariais, como também tem de contribuir para repelir a precaridade.

O resgate Euro exige uma responsabilidade da comunidade e um controlo comunitário dos orçamentos nacionais

Uma importante causa da situação de muitos estados no espaço europeu é a construção unilateral do Tratado de Maastricht. Os desequilíbrios da capacidade entre os estados-membros foram impossíveis de compensar com uma desvalorização das moedas nacionais. A política salarial estava esgotada como mecanismo de compensação.

A IG Metall defende expressamente a continuação do Euro. Ela defende

basicamente uma **responsabilidade da comunidade**, para garantir um financiamento solidário dos países com déficit e reduzir o risco de insolvência dos países individualmente. Deste modo, é possível reduzir a carga de financiamento dos países com déficit. Isto significa que estes países tenham de pagar menos juros pelas suas dívidas e, assim, saiam mais rapidamente da crise. Isto significa também que os países menos endividados, como a Alemanha, têm de pagar mais pelas suas próprias dívidas. Estes custos adicionais para a Alemanha e os outros estados em igual situação são porém menores do que o proveito para a economia alemã e a sua indústria orientada para a exportação.

O **controlo** comunitário **rigoroso** dos **orçamentos nacionais** e a responsabilidade comunitária andam de mãos dadas. Isto requer alterações de direitos de soberania nacional relativamente às instituições europeias. A IG Metall pede uma expansão das estruturas democráticas de decisão através do Parlamento Europeu e a inclusão de possibilidades de participação direta para os cidadãos e cidadãs da Europa. Nas condições básicas atuais, a decisão sobre se os objetivos orçamentais a acordar para as receitas ou despesas foram alcançados ou não, cabe aos parlamentos nacionais.

Um pacto de amortização da dívida podia assumir o financiamento provisório comum da dívida pública acima do limite dos 60% do produto interno produto. Deste modo, seria prestado um enorme contributo ao combate à crise a médio e longo prazo.

A IG Metall considera viável que o Banco Central Europeu (EZB) suporte, como medida provisória, os orçamentos públicos nos países mais endividados da União Monetária diretamente através da compra de empréstimos do Estado no mercado primário.

A IG Metall defende ainda a intervenção do Mecanismo de Estabilidade Europeia (ESM). O escudo de salvação ESM pode assim continuar a ser aumentado para a estabilização dos estados em crise com concessões de crédito. Com estas medidas garante-se que os países fortemente endividados possam assumir meios financeiros e sejam protegidos contra a especulação na bancarrota do estado.

Os estados do Euro sujeitam-se, em pedidos de ajuda ao ESM (e ESFS) e ao EZB, a um governo económico factual, mas sem legitimação democrática e controlo. Os governos em questão comprometem-se, através do pacto fiscal, a rígidas medidas de poupança e cortes, sobretudo na área social, mas também nas remunerações. A contínua flexibilização dos mercados de trabalho e a alienação de bens comuns fazem igualmente parte desta política de poupança. A IG Metall rejeita os atentados aos trabalhadores e trabalhadoras na Europa.

A Europa precisa de uma regulamentação global do mercado financeiro.

As condições base da política financeira para a indústria na Europa têm de ser urgentemente melhoradas. Os bancos têm de servir a economia real. A função social dos bancos consiste na garantia do financiamento de empresas e não na especulação com produtos financeiros de alto risco e pouco transparentes. Como co-causadores da crise, os bancos têm de participar nos custos para superar a crise.

A IG Metall pede uma regulamentação extensiva dos mercados financeiros europeus, entre outros,

a separação do negócio dos investimentos e dos créditos dos bancos do chamado Investmentbanking. Enquanto na segurança dos depósitos o Estado de ser responsável também, no Investmentbanking a responsabilidade recai unicamente sobre o proprietário;

Proibição em toda a Europa de vendas a descoberto;

Regulamentação de títulos de crédito representativos a vários níveis e altamente especulativos e da Introdução de um "Produto financeiroTÜV";

Rígida regulamentações de derivados;

limitação do comércio de alta frequência

A regulamentação financeira contém também um **imposto sobre as transações financeiras (FTS)**, cujo objetivo é tornar os negócios financeiros altamente especulativos pouco interessantes. Faz sentido a nível económico e é politicamente desejável aumentar o imposto sobre as transações financeiras no âmbito global ou pelo menos no âmbito EU. Isto não é, porém, é exequível em tempo previsível. Como segunda opção, pode prever-se uma introdução dentro da zona Euro - ou também apenas através de substanciais estados membros da zona Euro.

A Europa precisa de um eficaz **controlo bancário**. Isto aplica-se sobretudo a bancos com atividade internacional ou relevante no sistema. As quotas de capital próprio dos bancos devem ser aumentadas para impedir que os bancos tenham de ser novamente resgatados pelos contribuintes em caso de crise. Nos estados membros da EU devem ser obrigatoriamente introduzidos os **sistemas de proteção dos depósitos** dos bancos. Para bancos relevantes no sistema, com atividade em toda a Europa, é necessário um sistema de proteção dos depósitos a nível europeu. A EU precisa de uma **agência europeia de Rating**, que deve ser estabelecida como uma instituição pública (não organizada como economia privada) e independente.

A IG Metall defende o **sistema de separação de bancos**. Para limitar os riscos "sistémicos" através de investimentos errados dos bancos universais, o Investmentbanking e o negócio bancário tradicional deviam ser estritamente separados.

São ainda necessárias regulamentações mais fortes nos mercados da matéria-prima, para além nos mercados financeiros. Para evitar aqui especulações e preços voláteis pouco claros e permitir um acesso justo à matéria-prima a todos os intervenientes no mercado, é também necessário incluir, por exemplo, a bolsa de matéria-prima londrina nas medidas de regulamentação.

Em geral, estas medidas de regulamentação significariam uns primeiros passos no sentido da União Solidária e União Política e seriam bases importantes para a estabilização sustentável do espaço monetário comum.

A União Europeia precisa do apoio das pessoas. Para isso, tem de se tornar numa união social.

A IG Metall pede que a Europa se volte definitivamente para os trabalhadores e as trabalhadoras. Os receios sociais e económicos da população têm de ser levados a sério. Muitas pessoas na Europa têm a impressão de que a política da EU serve sobretudo os interesses das empresas e dos seus lobbys. Consequentemente, a política da União Europeia é encarada como uma ameaça. A atração do "projeto europeu" sofre sob a posição social fracassada pela qual passamos hoje. Os direitos básicos sociais, como ficaram definidos na Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado de Lisboa, têm de ter finalmente prioridade perante as liberdades económicas.

A IG Metall pede juntamente com os sindicatos europeus uma "Cláusula de progresso social" para a União Europeia como componente integrante do direito primário europeu. Deste modo, são garantidos progressos nacionais, como o direito e a justiça e sistemas de acordos salariais.

O desenvolvimento de elevados padrões mínimos sociais comuns tem de ser prioritário para a Europa social. Até lá importa defender progressos nacionais na política social. A

IG Metall expressa-se contra qualquer tendência para continuar a precariedade do trabalho e pode defender apenas o conceito "Flexicurity" quando a segurança estiver em primeiro plano. Os sistemas sociais estão criados de modo a garantir às pessoas na EU a igualdade de oportunidades, as possibilidades de participação, a inclusão social e proteção contra quaisquer riscos essenciais à vida. Sobretudo, deve ser eliminada a discriminação das mulheres e emigrantes nas empresas e na sociedade. Para além disso, é impreterível repelir condições de trabalho inseguras também para jovens trabalhadores e trabalhadoras.

A IG Metall propõe, por isso, um **pacto social** para a Europa. Um pacto social destes pode proporcionar o necessário equilíbrio e a sintonia nas políticas sociais realizadas pelos estados membros e as condições de base através de Bruxelas.

O pacto social tem os elementos essenciais necessários:

Em primeiro lugar deve ser estabelecida **a ordem** nos mercados **de trabalho europeus**. Para isso, são necessárias medidas que impeçam a continuação do aumento do setor de baixos salários e a dispersão salarial na Europa. Tem de ser prescrito como princípio os mesmos salários e os mesmos direitos para trabalhos idênticos no mesmo local.

Em segundo lugar, é necessário combater o **dumping social**. Para além de repelir o trabalho precário o dumping social pode ser combatido com salários mínimos nos setores onde é necessário.

Em terceiro lugar a IG Metall pede **direitos de participação mais fortes dos representantes dos trabalhadores** e a dos seus sindicatos nos estados membros e a nível europeu. A participação, democracia e cogestão nas empresas são os pilares base da Europa social. Estes pilares base comprovaram a sua eficácia na crise após 2008 e na Alemanha contribuíam para superar com sucesso a crise. As fortes indústrias europeias e prestações de serviços precisam de sindicatos fortes e ativos e de competentes representantes dos trabalhadores.

A EU precisa da união política.

Os desenvolvimentos desde que rompeu a crise dos mercados financeiros até à crise de refinanciamento das dívidas públicas abriram graves falhas de construção na estrutura institucional da união económica e monetária europeia. Verificou-se que a União não pode continuar a existir sem aprofundar a **integração política**.

Tendo em conta as experiências da gestão de crise europeia, recomenda-se uma "estratégia dupla" para o desenvolvimento contínuo da integração europeia. Por um lado, trata-se de princípios a curto prazo, que podem ser entretanto realizados dentro do âmbito do contrato EU. Por outro lado, é preciso a médio prazo uma nova base contratual para a União Europeia para superar os "Erros de nascença" da União Económica e Monetária Europeia (EWWU) e proporcionar as condições para uma união política. O ponto de partida para aprofundar a integração europeia é uma Europa fulcral composta pelos estados membros da União Económica e Monetária.

O objetivo principal das reformas institucionais devia ser uma **política económica autónoma e democraticamente legitimada** ao nível europeu. Isto requer uma mudança das competências nacionais na área da política fiscal e económica e um orçamento capaz no sentido da EU. Não pode haver uma "Europa forte" se respetivas competências EU. Isto requer a transferência de direitos de soberania nacionais para o plano europeu.

Um primeiro pilar central do governo económico europeu é uma **união fiscal** com competências legislativas ampliadas na política fiscal ou uma união equipada com soberania fiscal própria. Com ou sem uma soberania fiscal própria, a EU precisa de um orçamento comunitário significativamente aumentado para poder defender as reformas,

durante anos, dos vários estados membros mais fracos.

A IG Metall pede mais um visível **reforço do Parlamento Europeu**, que deve ser equipado com amplos direitos de controlo e de iniciativa. O Parlamento devia futuramente ser eleito por direito de voto uniformizado com listas de votos transnacionais. Isto exige, por sua vez, uma ampliação do estado de direito e do equipamento financeiro dos partidos europeus.

O Parlamento Europeu devia ainda preservar o direito de aconselhar e decidir iniciativas legislativas europeias próprias. Outro elemento de reforma imprescindível é a eleição da ponta da comissão. Somente assim é que a Comissão EU se torna num "verdadeiro" governo europeu.

A representação de interesses direta dos estados membros deve ser igualmente melhorada. O objetivo da integração europeia não pode, porém, segundo o estado atual de coisas ser um estado federativo europeu do tipo alemão. As características históricas inerentes dos estados membros não permitem uma perspetiva destas. A IG Metall apoia a proposta da **implantação de uma "Convenção Europeia"**, que planeia num amplo debate social e vasta participação democrática, as bases do contrato para uma união política e social europeia.